

Casos Vini Jr, Daniel Alves e Marielle geram revolta

Racismo, leniência com estupro e assassinato brutal orquestrado dentro de instituições deixam sabor amargo

Marcos Augusto Gonçalves

Editor da Ilustríssima, formado em administração de empresas com mestrado em comunicação pela UFPA. Foi editor de Opinião da Folha.

Três episódios deixaram a semana com sabor amargo e causaram revolta. A fúria de milhões de euros que retirou Daniel Alves da prisão, um homem condenado por crime de estupro; o choro sofrido e solitário do jogador Vini Jr, do Real Madrid, ao falar sobre a perseguição racista que sofre na Espanha; e por fim circunstâncias apontadas pela Polícia Federal para indicar os mandantes do assassinato de Marielle Franco. Os dois primeiros casos ti-

veram lugar na Espanha, pois que nem sempre tem conseguido mostrar uma face muito simpática aos brasileiros. Nesta semana, a mensagem que veio de lá foi de racismo, mais uma vez, e de leniência judicial vergonhosa ao prefeirir um estupro. Um tapa na cara das mulheres e de quem prezava princípios civilizatórios básicos. É inaceitável que se estabeleça uma farsa milionária para um criminoso milionário se livrar da cadeia.

A insistência com que alguns espanhóis repetem que a Espanha "não é racista" chocou-se com a realidade. Tem-se a impressão, posso estar enganado, de que prevalece nesses casos uma imagem idealizada e condescendente do país, uma maneira de ser negacionista diante de fatos. Se não é racista é forçoso reconhecer que o racismo se manifesta de maneira persistente e ruidosa em setores da população. A Europa, por mais que se veja como ilu-

minista, é um continente com longo histórico de racismo e xenofobia. No Brasil esse tipo de autogamano existe também. O governo trevo de Jair Bolsonaro considerava oficialmente que não havia racismo por aqui — e há quem continue a pensar assim. Quanto ao assassinato de Marielle Franco, chamaram a atenção a imensa crueldade e os requintes de cinismo de seus sequeiros, como Rivaldo Barbosa, então chefe da Polícia Civil, e o

delegado Gintão Lopes. Ambos, que teriam participado da trama criminosa, mostraram-se solidários com a família da vítima — com direito, no caso do segundo, de lançar um livro sobre a veveadora.

O clamor em torno da situação de descontrole institucional do Rio de Janeiro tem fundamento, obviamente, mas o problema é antigo e não diz respeito apenas à situação fluminense. Os sinais sugerem de maneira enfática que o domínio do narcotráfico, do crime organizado e das milícias sobre o mundo político e institucional é amplo e profundo. Interesses de organizações criminosas estão disseminados em instituições e nos poderes.

O caso da Amazônia é extremamente grave. O controle de rotas de escoamento de bilhões de dólares em cocaína se assia ao garimpo ilegal e à grilagem de terra. Fações for- çadas se tornaram multinacio-

nais do crime.

Enquanto alguns fazem pose de indignados com o Rio (que merece mesmo a indignação), é bom lembrar que a capital paulista é o berço do PCP, gigante do crime que estende tentáculos pelo território brasileiro e além de nossas fronteiras. Recentemente, aliás, o ex-tenente-coronel José Afonso de Azevedo, filho do chefe de um vasto esquema de corrupção na PM de São Paulo, afirmou que todas as unidades da corporação teriam caixa paralelo para desviar recursos públicos.

Se no Rio ou na Bahia o quadro de violência e desmandos saltava aos olhos, é um erro não considerar que estamos diante de uma chaga em escala nacional. O drama é que não se vê solução à vista. Medidas como a legalização do jogo do bicho e das drogas leves e a reforma das polícias num escopo que contemple a responsabilidade de federal parecem distantes do horizonte.

JOÃO, ELIO GASPARI, CELSO ROCHA DE BARROS | ILS. DEBORAH BIZARRI, CAMILA ROCHA | TER. JOEL PINHEIRO DA FONSECA | JOA. ELIO GASPARI | JOA. CONRADO H. MENDES | ILS. MARCOS AUGUSTO GONÇALVES | ILS. DEMÉTRIO MAGALHÃES



O então presidente João Goulart no comício da Central do Brasil, semanas antes do golpe de 1964. Reprodução

Guerra Fria e tensão militar acirraram país pré-golpe de 64

Início da ditadura se deu em meio a polarização e crises política e econômica

60 ANOS DO GOLPE

Matheus Tupina

SÃO PAULO. O golpe de 1964 e a guinada para uma ditadura militar ocorreram como resultado de uma série de conflitos, crises e decisões políticas envolvendo os principais integrantes do poder no Brasil. Existiam determinantes, internos e externos, que acirraram a polarização da política brasileira e a conspiração pela deposição de João Goulart (PTB) da Presidência da República e a permanência dos militares no comando do país por 21 anos.

Entre os elementos internos, estavam a tensão em altos escalões militares com os governos civis, uma relação historicamente problemática no país; as decisões individuais da cúpula das Forças Armadas e também de Jango, e aspectos econômicos e trabalhistas, como a inflação e a sucessão de greves.

Como fatores externos, existia a polarização trazida pe-



Marcha da Família, em São Paulo, símbolo da mobilização conservadora em 1964. Reprodução

la Guerra Fria e o modo como os Estados Unidos viam a situação brasileira — o país era acompanhado com atenção pelos americanos por ser considerado uma potência regional, capaz de alterar a balança de poder na América do Sul. Entenda alguns dos elementos que causaram tensão e que

culminaram no golpe de 1964.

Guerra Fria, Brasil e Estados Unidos
A Guerra Fria também impulsionou a ruptura institucional. Segundo Manoel Galdino, professor do Departamento de Ciência Política da USP,

(Universidade de São Paulo), havia naquele momento muita pressão para que os países escolhessem um lado, o capitalismo representado pelos EUA e o socialismo que tinha a União Soviética na linha de frente.

Intensa a disputa, um governo como o de Jango, que fa-

lava em fazer políticas públicas para a classe trabalhadora, indicava um aceno ao socialismo", diz o docente.

De acordo com Galdino, ainda que as reformas de base, principal bandeira do governo, não tivessem um caráter de mudança radical do sistema, há uma diferença entre o que uma política pública pode objetivamente promover e a percepção sobre essa política no Brasil e no exterior.

Essas sinalizações preocuparam os americanos, que, segundo Caroline Bauer, professora do Departamento de História da UFPA (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), viam o Brasil como um país extremamente importante geopoliticamente. Perder o Brasil significaria muito para os EUA em termos de influência na região", afirma.

Além de tudo o trabalho para uma agenda logística para os golpistas, estimulada pelo embassador americano no Brasil, Lincoln Gordon, a Casa Branca ainda financiou grupos e políticos conservadores, o que era ilegal, e colaborou com as conspirações pela derrubada de Jango.

Militares no poder

Outra relação importante de ser analisada para entender as tensões da época é a do governo civil com as Forças Armadas. Tanto Galdino quanto Bauer afirmam ver um histórico da interferência dos fardados em questões civis.

Ambos ressaltam a normalização da intervenção militar no governo civil, citando não apenas a proutividade da censura, com impostos autoritários, mas também a frequência com que os civis recorriam aos militares para que eles resolvessem impasses de ordem política.

O maldito dessa ação militar está no fato de os militares ficarem no poder mesmo com a falta de unidade dentro das Forças", diz Bauer.

Para ela, a formação militar também delineava a atuação das Forças no governo, focando a geopolítica.

Fator Jango

Além de todas as questões de contexto, houve decisões de Jango que contribuíram para o cenário de tensão crescente, como a apresentação do decreto de estado de sítio ao Congresso Nacional, em outubro de 1963 — depois ele revogado.

Outros momentos críticos foram as asidas do presidente ao comício da Central do Brasil e a reunião com praças militares no Salão do Automóvel, ambas no Rio de Janeiro em março de 1964, quando o país entrava em ebulição.

Os movimentos do presidente sinalizaram um afastamento da política de conciliação, com uma guinada mais agressiva a favor das reformas de base, vistas como um aceno ao socialismo.

Segundo Galdino, Jango não dimensionou corretamente as conspirações contra seu governo, vindas tanto dos fardados quanto de políticos e grupos econômicos, e subestimou a caserna, o que abriu espaço para um possível golpe de Estado.

"Jango precisava ser mais efetivo em neutralizá-los, já que tinham acesso a recursos importantes, e dialogar com os estados. Esse erro estratégico permitiu que militares pudessem dar o golpe", diz o professor.

Configuração das instituições brasileiras

Outro fator lembrado pelos pesquisadores ouvidos pela reportagem é a construção das instituições brasileiras naquela época. A Constituição de 1946 criou uma relação entre Executivo e Legislativo diferente da existente hoje; no texto de 1988, o presidente tinha menos poderes.

Galdino cita a inexistência das medidas provisórias — o decreto-lei, antecessor das MPs, foi incluído na Constituição de 1967 — e dos pedidos de urgência para projetos no Congresso oriundos da Presidência da República.

Para ele, a falta de instrumentos que equilibrassem a relação entre os Poderes aumentava a chance de surgirem crises. "Se o presidente não tinha tanto poder e era mais difícil coordenar uma base estável no Congresso, a sensação era de uma crise permanente".

O professor acrescenta: "Quando há crise no governo, você desestimula que pessoas tanto na situação quanto na oposição tentem assumir o espaço de liderança principal do país, é difícil ter estabilidade".

Naquela época, um governo como o de Jango, que falava em fazer políticas públicas para a classe trabalhadora, indicava um aceno ao socialismo

Manoel Galdino professor do Departamento de Ciência Política da USP